

COMDEMA PIRACAIA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO
MUNICÍPIO DE PIRACAIA – SP

Ata da 98ª Reunião Ordinária COMDEMA Piracaia

DATA: 25 de março, segunda-feira

HORÁRIO: 17h00

LOCAL: Salão Azul - Prefeitura de Piracaia

PAUTA:

- 1) Leitura e aprovação da Ata da 97ª Reunião Ordinária do Conselho;
 - 2) Desestatização Sabesp;
 - 3) Recursos do FUMDEMA;
 - 4) Atualização ofícios e pareceres COMDEMA;
- Tema fixo) Projeto Rios Vivos - desassoreamento dos cursos d'água;
Tema fixo) Coleta seletiva/Cooperativa Recicla Piracaia.

Presentes: Gilda, Thiago, Fernanda, Andréa Portugal, Luciana, André Oliveira, Chico, Marcelo, Cristina, Stela, Amne, Alice, Hélio, Hugo, Flávia.

Registrada ausência não justificada de demais membros do Executivo, além da Diretora do Meio Ambiente.

Iniciamos a reunião às 17:10 com a inclusão de novos itens na pauta: 1) licenciamento ambiental no Município, a ser apresentado pelo Departamento de Meio Ambiente; 2) participação de Marcelo, do COMDEMA Joanópolis, compartilhando o caso do processo de regularização de condomínio no Município de Joanópolis.

1. Atuação COMDEMA Joanópolis

Marcelo, do COMDEMA Joanópolis, compartilhou o caso do processo de regularização de condomínio que está acontecendo no Município de Joanópolis. O processo está se arrastando há muito tempo, esteve parado, recomeçou e está novamente passando pelo COMDEMA Joanópolis para emissão de parecer. Existe a Lei Cidade Legal e Lei do Reurb, que propõe que ocupações/loteamentos consolidados sejam regularizados, porém a lei regulariza parcelamento irregulares de interesse público, pessoas mais carentes. Não é o caso do loteamento de Joanópolis, na beira da represa, com casas de médio e alto padrão. Técnicos da prefeitura querem regularizar o parcelamento. A Fundação Florestal tem que dar o ok, mas depende da aprovação do município de do GRAPROHAB.

Por já ser um loteamento consolidado, o COMDEMA Joanópolis não pode fazer todas as exigências que se faz num loteamento novo, mas tem uma série de exigências que podemos ser feitas (obrigatoriedade de tratamento de esgoto, de área legal, por exemplo). O Conselho está buscando encontrar o que é possível fazer para cobrar o que for possível. Estão articulando reuniões coletivas entre COMDEMAS Joanópolis, Piracaia e Bragança para troca de experiência e ações coletivas (a ser agendada).

Agendaram um encontro com a Dra. Kelly, que atua na procuradoria de Bragança Paulista. Parecer dela serve de base para ação dos grupos e orienta como interpretar as leis. Convite para quem puder acompanhar a reunião 11/04, com Dra Kelly, presencial em Bragança Paulista, representando o COMDEMA Piracaia.

Sugestão de que o COMDEMA Joanópolis solicite parecer do Conselho Gestor de APAs sobre o loteamento.

Informação de que existe um grupo de Whatsapp COMDEMAs Cantareira. Oportunidade de unificar todos e articular ações conjuntas.

2. Leitura e aprovação da ata da 97ª Reunião Ordinária COMDEMA Piracaia.

Após a leitura em voz alta da ata e a realização de ajustes pontuais, a ata foi aprovada pelos conselheiros.

Durante a leitura foram realizadas atualizações sobre alguns dos temas. São elas:

> Aconteceu reunião entre COMDEMA Piracaia e Câmara em março.

Foi informado que nenhuma legislação foi apresentada na Câmara sobre a questão das enchentes. Câmara pontuou que não aconteceu esse ano o mesmo volume de chuvas no mesmo curto espaço de tempo, como foi em fevereiro de 2023, e que por isso não aconteceram novos alagamentos.

Sobre parecer do Porto Laranjeiras: o empreendimento Porto Laranjeiras não consegue cumprir seu projeto de arborização (razão desconhecida) e estão propondo a troca de área pública (propondo incorporar a área pública dentro do empreendimento que deveria ser arborizada como área privada e disponibilizar outra área, em outro território da cidade, como área pública). Tecnicamente é possível trocar áreas públicas, mas há o questionamento sobre se essa troca em questão é do interesse do Município e sobre os termos em que a troca deveria acontecer para haver proporcionalidade. A área pública dentro do empreendimento trata-se de uma área grande de 67 mil metros, em uma região de mais de 1mil reais o m2, uma área de manancial, dentro de uma área de APP. Foi pontuado que terrenos nesse empreendimento estão sendo vendidos por R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) a R\$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). Ponto de atenção é que a troca de área pública abre um precedente para outras situações futuras. Questionamento sobre qual seria o valor/área que seria equivalente em uma eventual troca. São questionamentos do COMDEMA para procuradoria geral do Município, Comissão de Avaliação de Imóveis e Departamento de Obras. Somente após esses retornos, o COMDEMA poderá fazer um parecer para a Câmara.

Sobre o parecer do Clube de Campo, referente ao campo de futebol: será emitido um ofício para o Departamento de Meio Ambiente questionando se há algum problema ambiental no território a ser considerado e um ofício para o Departamento de Obras para opinar sobre projeto/impacto urbanístico do espaço. O COMDEMA também vai acionar a procuradoria geral do Município para análise.

> Sobre obra irregular já notificada na Av. Beira Rio, foi pontuado que a obra está aparentemente parada e ficou deliberado que não será necessário o ofício para o Departamento de Obras (item 23 da ata da 97ª reunião ordinária).

> Vai acontecer uma ação de combate a dengue com caminhão cata treco, recolhendo entulhos e grandes materiais pelo Município. Ação pode ajudar a levantar a demanda por um serviço assim.

3. Licenciamento ambiental no Município

Deliberação normativa do CONSEMA 01/2024 inclui a possibilidade dos municípios fazerem licenciamento ambiental. Porém, para isso é necessária estrutura, inclusive recursos humanos e equipe técnica que Piracaia não tem. O artigo 9º fala da autorização do corte de árvores e estabelece que o município pode dar autorização para corte de árvores (inclusive nativas), exceto em APA (que é o caso de Piracaia). O Departamento de Meio Ambiente questionou a CETESB se realmente o Município pode dar autorização para esses cortes de árvores, uma vez que a cidade é parte de uma APA e está aguardando retorno.

Como está acontecendo hoje: Departamento de Meio Ambiente autoriza mediante compensação ambiental. Observação de que quando a autorização acontece diretamente com a CETESB, pode ser feito por via rápida em que não é garantida a compensação ambiental.

Foi pontuado que seriam necessários 3 profissionais concursados, com atribuição, para realizar licenciamento ambiental no Município.

4. Projeto Rios Vivos (pauta fixa)

Foi feita a requisição para fazer análise de caracterização do lodo para apresentar para a CETESB. Já tinha os 3 orçamentos, mas foram solicitados orçamentos novamente porque perderam a validade pelo tempo do trabalho interno. Custo de aproximadamente 15 mil reais para realização da análise. Vai ser dispensada a licitação. Todas as empresas cotadas foram indicadas por profissional do DAEE e cumprem a resolução SMA 39/2004.

5. Recursos do FUMDEMA

Sobre os recursos do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente (FUMDEMA), o Departamento de Meio Ambiente pontuou que os recursos podem vir de 3 origens: ICMS Ecológico, certidões que emitimos via protocolo e a taxa do lixo.

Sobre a taxa do lixo, está vinculado ao IPTU já tem uso direcionado. Em setembro, no momento da LOA pode ser feita a solicitação para que esse recurso seja destinado para coleta seletiva. Sobre o recurso das certidões e do ICMS Ecológico, um profissional técnico que trabalha com a Dra. Kristiani está analisando como será feito o aporte no FUMDEMA.

Segundo o Departamento de Meio Ambiente, não aconteceu nenhum repasse em 2024. O Departamento enviou toda a legislação do FUMDEMA para a Coordenadoria Geral que está avaliando. Segundo o Departamento de Meio Ambiente, o repasse de recursos acontece a cada 2 anos. Foi definido que é necessário resgatar nas atas das reuniões ordinárias do COMDEMA de 2023 para se certificar do que ficou combinado sobre o repasse do

FUMDEMA. Parte dos conselheiros teve o entendimento que o repasse deveria ser solicitado mensalmente. Necessidade de apurar o funcionamento do processo e o status de transferência dos fundos e reiterar os ofícios já emitidos.

6. Fundo Municipal de Saneamento e Infra-estrutura (FMSAI)

Sobre a indicação de Thiago como titular e Fernanda como suplente para o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento e Infra-estrutura não tivemos nenhum retorno. O Departamento de Meio Ambiente está aguardando a indicação de representantes de associações (aguardando indicação de titular e suplente da Associação dos Engenheiros). Foi pontuado que o que está parado são as reuniões do Conselho, não o uso do fundo de saneamento. Questionamento sobre os gastos do fundo de saneamento, se deveriam ser aprovados pelo Conselho.

O pagamento de PSA não sai do Fundo de Saneamento.

7. Renegociação do contrato com a SABESP (contexto de desestatização)

Está acontecendo o processo de desestatização da Sabesp, que envolve um novo contrato entre a SABESP e o Município. O Departamento de Meio Ambiente compartilhou alguns documentos com o COMDEMA, entre eles a Minuta Técnica (Anexo II) com a proposta de atuação no município, para apreciação e deliberação do Conselho.

O contrato que temos hoje em vigor com a SABESP considera o atendimento a uma parte do território da área urbana (áreas irregulares na área urbana e áreas rurais não são atendidas). Com o processo de desestatização e o novo contrato proposto, a SABESP propõe atender todo o território de Piracaia, com a intenção de alcançar a universalização do serviço de água e saneamento até 2029. SABESP/Governo do Estado/Ministério Público enviaram os documentos do novo contrato para a Prefeitura de Piracaia, questionando se estão de acordo.

O Departamento de Meio Ambiente enviou para o Assessor Jurídico e está convidando o COMDEMA a fazer considerações sobre a proposta, na questão mais técnica. Prazo de 2 dias para ler e responder se está de acordo. Se não estiver de acordo é necessário fazer os apontamentos das alterações sugeridas. Sugestão de que a avaliação seja feita comparando o que está posto no contrato atual e o que está sendo proposto para o futuro.

O prazo de 2 dias foi considerado muitíssimo curto, para avaliação de uma questão tão importante para o Município. Foi pontuado que é recorrente a solicitação de análise de documentos por parte da SABESP com pouco prazo para análise. Também é recorrente o descumprimento, por parte da SABESP, de combinados de contratos. Foi pontuado que essa análise demanda capacidade técnica.

Considerando o curto prazo, a necessidade de avaliação técnica, a importância de escutar outros atores da cidade (departamentos, conselhos, população) sobre esse novo contrato, foi deliberado que:

- 1) o COMDEMA vai responder ao Ministério Público, por ofício, solicitando mais prazo para o processo de análise dos documentos de renegociação do contrato com a SABESP. A justificativa para solicitação de mais prazo é ter tempo para outros

Conselhos e Departamentos da Prefeitura se manifestar e para que possam ser realizadas audiências públicas para uma escuta mais ampla da população.

2) O COMDEMA irá oficiar o município para que sejam realizadas audiências públicas sobre o tema.

3) O retorno do COMDEMA para o Departamento de Meio Ambiente será por email informando que não há prazo para análise dos documentos de renovação do contrato, que a população deve ser ouvida através de audiências públicas e informando o protocolo do Conselho acionando o Ministério Público.

O Departamento de Meio Ambiente solicitou que mesmo acionando o Ministério Público, os conselheiros se inteirem sobre os documentos compartilhados e opinem.

Sobre o parque que a SABESP deveria construir ao redor da represa em contrapartida ao serviço realizado no município: o parque estava previsto no primeiro contrato entre SABESP e Município e deixou de ser incluído quando esse contrato foi renovado. Pendência que não foi cumprida no primeiro contrato e que não é mais devido no contrato vigente atualmente.

8. Coleta Seletiva/Cooperativa Recicla Piracaia

Está sendo atualizado o Regimento do COMDEMA para prever estruturas de governança e garantir atuação de subgrupos temáticos. Estão sendo criadas Câmaras Temáticas e grupos de trabalho focados. Poderia ser criada uma Câmara Temática ou um grupo de trabalho sobre Coleta Seletiva. Para a criação desta Câmara de fato é necessário entender o funcionamento da Câmara e quem serão as pessoas que farão parte dele. Avaliar se aconteceria um chamado aberto para população integrar esse grupo.

Recicleiros e Cooperativa estão pressionados pelo tempo.

Solicitação de apoio para agendamento de reunião com o Departamento de Educação para agendamento de ações de educação ambiental nas escolas. Há uma proposta de ações até o final do ano para serem implementadas.

Solicitação de apoio para campanha de comunicação que querem apresentar e para maior engajamento dos prédios públicos. Proposta de treinamento, capacitação para equipes.

Será agendada uma reunião no início de abril para abordar esses temas.

Foi informado que a ação no carnaval foi uma iniciativa da Secretaria de Turismo de Piracaia, em parceria com a Recicleiros e com a Espaço Urbano.

9. Outros assuntos:

> Sugestão de que o Lopes (do Departamento de Agricultura) seria a pessoa mais indicada para fazer a avaliação do pagamento de PSA (demanda obrigatória por lei para o COMDEMA).

> Thiago vai se filiar e ser pré-candidato. Isso vai ser um impeditivo para continuidade de sua atuação no COMDEMA.

> Solicitação de que a programação de Junho Verde seja pauta da próxima reunião ordinária do COMDEMA.

Sem mais, a reunião foi encerrada.



Fernanda Cabral



Thiago Henrique dos Santos Oliveira